

# Fronteiras, ambientes e paisagens na formação do espaço colonial do Brasil e na construção do território nacional alemão (séc. XVIII e XIX)

Antonio José Alves de Oliveira<sup>1</sup>, Giovana Zamboni Rossi<sup>2</sup>

## RESUMO

Durante a segunda metade do século XVIII a ideia de “fronteira natural” ocupava um lugar importante no pensamento social, ajudando a tecer importantes considerações no avanço sistemático sobre o mundo colonial e na formação e legitimação dos territórios coloniais. Esforço que causa estranhamentos entre sujeitos e paisagens sempre novas ou insubmissas. No século XIX, na Europa, o pensamento romântico toma o conceito de fronteira como bordas e limites entre territórios e constrói mitologias de identidades radicais entre ambientes, paisagens e sujeitos na transformação dos estados modernos em estados nacionais, comunidades imaginadas, ancoradas numa tradição que se quer longínqua. Neste trabalho buscamos traçar algumas notas de pesquisa comparando os processos históricos da formação do espaço colonial do Brasil e na construção do território nacional alemão. Pensando os conceitos de fronteira, território e paisagem, intentamos perceber qual o papel que a “fronteira” ocupa nesses processos, como os narradores elencam o mundo natural em suas narrativas e finalmente de que maneira as narrativas construídas em torno de tais conceitos geram efeitos nas relações entre os sujeitos e os territórios. Consideramos igualmente perceber o esforço de fechamento das fronteiras no mundo colonial e no âmbito nacional como faces de um mesmo processo histórico na modernidade que possui suas reverberações na construção do sentimento nacional por um lado e, por outro lado, no vínculo ambíguo de estranhamento e alteridade da relação com a paisagem e com o mundo natural no mundo colonial.

**Palavras-chave:** Fronteira; Paisagem; Espaço colonial Brasileiro; Território nacional Alemão; narrativas

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5019-5983>, email: [ajalvoliveira@gmail.com](mailto:ajalvoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1198-0414>, email: [gzrossi@outlook.com](mailto:gzrossi@outlook.com)

**E**m finais do século XIX e princípio do século XX, Frederick Jackson Turner inaugurava um longo debate sobre o significado da “fronteira” na história americana com uma série de artigos intitulado “*The frontier in American History*”. Para Turner, o termo “fronteira” tem um significado especial, um sentido de avanço sistemático do “mundo civilizado” sobre o que considerava a barbárie, fosse esta representada pela multiplicidade dos grupos indígenas, fosse pelas alianças que os comerciantes franceses de peles haviam criado, ou pela necessidade que observava em relação ao *wilderness* americano, as florestas e as pradarias além dos montes Allegheny, a natureza selvagem sobre a qual, nessa ótica, se fazia necessário um trabalho de domesticação, civilização. A expansão rumo às bordas desse “mundo civilizado” para a “fronteira”, entre finais do século XVII até meados do século XIX na América do Norte seria o elemento central na acomodação de migrantes germânicos, escoceses e irlandeses para além dos pontos colonizados no litoral atlântico dominado pelos “*planters*” ingleses na construção da “democracia americana”. Teria sido no enfrentamento do “*wilderness*” da América, em busca de terras “livres”, fartas e baratas e longe da burocracia e das autoridades da colônia atlântica que estes migrantes teriam se transmutado em pioneiros, e desta forma se “americanizado”, teriam ainda construído conceitos do individualismo e do auto-governo, e com isso construído muito lentamente na e pelas condições de vida na fronteira a democracia liberal americana<sup>3</sup>. Na historiografia americana, Turner inaugurava o que se convencionou chamar de *western history*, com uma atenção central para o conceito de fronteira e os seus efeitos na vida social, cultural e econômica na construção de uma nação<sup>4</sup>.

Ainda na primeira metade do século XX na França, Lucien Febvre, um dos fundadores e dos principais expoentes da Revista dos *Annales*, em seu magistral estudo de geografia histórica, chamado “o Reno: história mitos e realidades”, busca pensar e problematizar um outro sentido do conceito de *fronteira*, esta pensada como limite territorial, a fronteira como borda, limite, mas não como um elemento que contrapunha um suposto “mundo civilizado” frente à barbárie e à selvageria ou em relação ao

<sup>3</sup> Frederick Jackson Turner, *The Frontier in American History*, (New York: Henry Holt and Company editors, 1953). 1ª edição 1920.

<sup>4</sup> Arthur Lima de Ávila, *Da História da Fronteira à História do Oeste: Fragmentação e crise na Western History norte americana no século XX*. In: Sandro Dutra e Silva, Dominich Miranda de Sá e SÁ, Magali Romero de Sá. (orgs.) *Vastos Sertões: História e Natureza na Ciência e na Literatura*, (Rio de Janeiro: Mauad X, 2015).

“wilderness” como conceituados por Turner, mas como linhas imaginárias que historicamente construídas deram corpo, imagem e sentido às entidades geográficas nacionais nos quadros do perigoso pensamento europeu que se guiava por mitologias essencialistas e nacionalistas. Na análise e observação de Febvre igualmente o mundo natural havia cumprido um importante papel nessas construções históricas, justamente porque havia servido como base e sido utilizadas como fundamento para os essencialismos de conceitos como o de “fronteira natural”, que entrelaçavam paisagens e sujeitos, e para as mitologias essencialistas que os nacionalistas evocavam em torno do conceito de “nação”.

Se para Turner, na construção de sua mitologia, a fronteira teria um sentido positivo, posto que *locus* de formação do pioneiro, da oportunidade frente aos espaços e para a glorificação da *conquista* sobre os ambientes e sobre o que considerava ser a *barbárie*<sup>5</sup>, para Febvre a fronteira é antes e rigorosamente um problema a ser pensado e criticado pelos seus efeitos em relação às mitologias criadas, pelos pensamentos nacionalistas e essencialistas que naturalizam determinados elementos em relação à cultura. A fronteira para Febvre é antes de tudo produto da cultura, e deve ser pensada historicamente, historicizada, pensada em seus elementos de construção e seus mitos exorcizados. Nesse sentido, neste ensaio objetivamos traçar algumas notas de pesquisa sobre fronteiras, espaços, ambientes e principalmente sobre como os narradores pensam e constroem os espaços fronteiriços entre culturas, como narram os ambientes, as identidades e as alteridades. Buscamos, desse modo, traçar um paralelo entre o mundo colonial, no caso o papel das fronteiras na América portuguesa no final do século XVIII e, por outro lado, o papel que o conceito de fronteira ocupou na formação do estado nacional alemão no século XIX. Os sentidos de construção da fronteira frente às gentes e ao mundo natural, desse modo, se mostram como duas faces de um mesmo processo da modernidade, que buscam domesticar o mundo natural, “civilizar” as gentes do mundo colonial, mas também construir sentidos de

---

<sup>5</sup> Ver nesse sentido o importante trabalho de Richard White and Patricia Nelson Limerick, *The Frontier in American Culture: an exhibition at the Newberry Library, August 26, 1994 – January 7, 1995*, edited by James Grossman. (University California Press, 1994). White e Limerick acentuam como nos ensaios de Turner há sempre uma preocupação em construir um sentido épico e evolucionista do avanço da civilização, excetuando entretanto o caráter violento frente a outras culturas e espacialidades no *Western*. Este aspecto seria principalmente ressaltado e exaltado pelo outro fundador do mito da fronteira, Buffalo Bill.

identidade entre paisagens e sujeitos no âmbito da construção de linhas imaginárias dentro de comunidades imaginadas limitadas e soberanas<sup>6</sup>, as nações. Assim, os processos apresentados nesse artigo, se enredam invariavelmente ao produzirem narrativas que circundam o fazer de fronteiras e a construção de territórios. Separados espacialmente e temporalmente, fornecem uma discussão abrangente acerca dos processos de construção de entidades geográficas, inferindo não só nas características concretas da experiência do espaço, como também ao moldar determinados imaginários sobre as relações construídas entre as pessoas e os espaços, ambientes e paisagens.

Os mapas e as imagens aqui são pensados e articulados, seguindo J. B. Harley, como textos, e portanto como uma linguagem gráfica a ser decodificada. “Uma construção da realidade, imagens carregadas com intenções e consequências que podem ser estudadas nas sociedades do seu tempo. Como livros, eles são também produtos de ambos, mentes individuais e valores culturais mais amplos em sociedades específicas<sup>7</sup>”. Mas igualmente buscamos pensar textos, imagens e mapas como narrativas, e assim buscamos seguir Ricoeur, quando reflete e opera sobre as noções de enredo e da construção do enredo no tempo. Para este, a narrativa é aquilo que torna o tempo uma experiência para a humanidade. O tempo somente se torna humano no entrecruzamento de narrativas, sejam estas históricas ou de ficção<sup>8</sup>. Assim, geografias vividas são transformadas em espaços descritos e narrados. Certeau, já havia também atentado para as intrínsecas relações entre narrativas e a organização do espaço, sejam estas literaturas de viagem ou outras narrativas<sup>9</sup>. Neil Safier, entretanto, busca ir um pouco mais além nessa interpretação, insistindo que a linguagem gráfica dos mapas organizam sintaticamente o espaço. Para Safier, “analisando uma única fusão do mapa em textos e imagens de uma perspectiva social e material, encontramos habilidosos práticos das artes gráficas que adotam diferentes formas de linguagem. Para compreender a sintaxe que subjaz seus itinerários se torna necessário observar suas

<sup>6</sup> Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, Trad. Denise Bottmann., (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

<sup>7</sup> John Brian Harley, *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. (Maryland: John Hopkins University Press, 2001), p. 36.

<sup>8</sup> Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa*, Tomo I, Trad. Constança Marcondes César, (Campinas: Papirus, 1994), p. 85.

<sup>9</sup> Michel de Certeau. *A invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. 19ª edição. (Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012), p. 186-187.

narrativas como momentos divergentes de reconhecimentos geográficos, fundidos em uma mesma imagem espaço-temporal que muitas vezes possui pouca semelhança com o conhecimento local do território<sup>10</sup>. Miríade de espaços, tempos e narrativas que são instrumentalizadas na construção das fronteiras dos territórios coloniais e na formação dos espaços nacionais.

### LIMITES E FRONTEIRAS NA AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Se observarmos o famoso mapa do geógrafo francês Jean Baptiste Bourguignon D'Anville chamado “*Carte de l'Amérique Méridionale*”, produzido em 1749 por ordem do Ministro português Dom Luís da Cunha, podemos notar que as áreas que estavam naquele momento em meio a disputas diplomáticas com as Coroas francesa e espanhola aparecem muito bem representadas, com muitas informações sobre rios, montanhas e incluindo ainda algumas pequenas vilas, significando que aqueles espaços eram claramente espaços vividos e ocupados pelos súditos da Coroa portuguesa. Com efeito, este mapa consiste em uma das primeiras representações cartográficas da América portuguesa com as fronteiras e os limites muito semelhantes às atuais fronteiras do Brasil<sup>11</sup>. Entretanto, cabe lembrar que as representações cartográficas além de evidenciar como se deslocar de um determinado ponto a outro, também devem ser lidas e interpretadas como constructos históricos. São desse modo, representações do espaço e narrativas, que são ao mesmo tempo índices de uma dada temporalidade e igualmente armas políticas na tentativa de convencimento de seus rivais, naquele momento fossem estes representantes das Coroas espanhola e francesa, sobre a existência e a validade dos argumentos nas mesas de negociações diplomáticas sobre os limites do espaço territorial.

<sup>10</sup> Neil Safier, *Measuring the New World: Enlightenment Science and South America*. (Chicago: The University of Chicago Press, 2008), p. 164.

<sup>11</sup> Para uma excelente discussão sobre a elaboração da “*Carte de l'Amérique méridionale*” ver principalmente Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012).

**Figura 1.** Jean Baptiste de Bourguignon D’Anville. Amérique Méridionale - publié sous les auspices de monseigneur le duc d’Orleans premier prince du sang par le Segneur de D’Anville. MDCCXVIII Avec privilège.



Fonte: Biblioteca Pública Municipal do Porto. CM & A. Pasta 25 (58), 1748.

Em meados do século XVIII, os territórios coloniais eram disputados pelas potências europeias em relação ao que chamavam de “fronteiras naturais”. Este era um conceito caro que guiava as negociações e as visões de mundo naquele período, que

poderia ser indicado por uma cadeia de montanhas, um rio caudaloso ou a mudança de um aspecto ecológico para outro. Esse aspecto havia alimentado nos séculos anteriores inclusive o mito da Ilha-Brasil, donde os rios Amazonas e Prata/Paraná separariam as possessões portuguesas das espanholas no “Novo Mundo”<sup>12</sup>. No século XVIII ainda, um outro aspecto passa a ter uma importância fulcral no pensamento social em relação ao espaço, qual seja a ideia de que o território pertenceria aqueles que haviam de fato trabalhado na terra e efetivado a colonização, ideia que tinha entre os seus maiores expoentes o jesuíta Francisco Solórzano. A princípio, o intuito era de assegurar a legitimidade da tomada das terras indígenas por parte dos europeus, que possuíam um outro conceito e entendimento em relação à espacialidade e ao território. Entretanto, o argumento acaba por ganhar força inclusive nas disputas entre europeus, sendo utilizado como elemento central nas discussões do Tratado de Madrid, de 1750, como *uti possidetis*. Portanto, o espaço que se buscava delimitar como fronteira na construção de uma dada entidade geográfica, como o espaço da América portuguesa, se baseava tanto no espaço vivido pelos súditos da Coroa portuguesa, com elementos de teor jurídico discutidos no continente europeu, assim como em elementos de teor mais mitológicos frente ao espaço, como as “fronteiras naturais”<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, apesar das preocupações da Coroa portuguesa com a representação dos limites e das fronteiras dos espaços que buscava demonstrar domínio no mapa colonial, há igualmente um interessante indício no centro do mapa de D’Anville que nos conta uma outra narrativa. No mapa do cartógrafo francês podemos notar uma imensa área deixada como espaço em branco, e ao invés de representações de rios, montanhas, florestas ou as experiências sociais dos súditos portugueses da Coroa, seus povoados ou caminhos que atravessavam aqueles sertões. No espaço vazio do mapa colonial, a escolha do cartógrafo é a de colocar um signo indicando o “Pays dos Tapuyas”, sinalizando aqueles sertões como lugar da alteridade, territórios onde viviam as populações indígenas mais hostis aos projetos portugueses e

<sup>12</sup>Ver principalmente Íris Kantor, Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, 23, 37 (jan/ jun, 2007): p. 70-80. E ainda André Ferrand de Almeida, A formação do Espaço Brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1743-1748), (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001).

<sup>13</sup> Ver Tamar Herzog, *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. (Cambridge/ London: Harvard University Press, 2015). E ainda Ana Cristina Nogueira da Silva, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

com os quais estes ainda tinham muitos embaraços nas tentativas de contato. Indicando desta forma também que malgrado a ideia cara no século XVIII que se ancorava nas “fronteiras naturais”, mesmo em meados deste século, os portugueses ainda enfrentavam sérias dificuldades nos sertões da América portuguesa, com fronteiras dentro dos limites que haviam sido delimitados e negociados. E, nesse caso, se tratava de uma imensa área ecológica com características bem específicas, com grande resistência ao longo período de estiagem, um bioma, conhecido pelas populações indígenas como “Caatinga”, a floresta branca, causando além de um estranhamento com a paisagem, uma alteridade com o território que se queria fazer colonial.

Os sertões na América portuguesa eram o que Antonio Carlos Robert de Moraes<sup>14</sup>, um dos mais importantes geógrafos brasileiros no século XX, denominava como o “outro geográfico”, uma construção histórica de uma alteridade geográfica, uma fronteira sempre em movimento. Para os colonizadores portugueses, nos séculos XVII e XVIII o que não se encontrava na Costa era chamado de “sertões”, as “matas” significando ao mesmo tempo lugar do perigo e das fugas de indígenas e das populações africanas escravizadas, o lugar portanto dos seus “outros”, culturalmente, geograficamente e também ecologicamente distintos. Cronistas como Frei Vicente do Salvador, autor de sua “História do Brasil”, escrita por volta de 1627, costumava reclamar que os portugueses naquelas décadas somente desenvolviam suas atividades na Costa. No século XX, os historiadores brasileiros perceberam que este livro não necessariamente contava uma “história do Brasil”, mas muitas histórias diferentes em um território amplamente fragmentário da América portuguesa, que se conectava fortuitamente e muito mal por atividades comerciais, administrativas e eclesiásticas com muita dificuldade, principalmente em atravessar ambientes e biomas distintos que apresentavam muitos embaraços.

Se faz importante notar que nem sempre as representações daquele espaço apareceram como um vazio ou como a representação e indicação de um “inimigo” a ser evitado. Se analisarmos os mapas em meados do século XVII, por exemplo, o mapa de João Teixeira Albernaz II, produzido em 1629, muito próximo à produção da “História

---

<sup>14</sup> Antonio Carlos Robert de Moraes, *Território e História no Brasil*, 3ª edição. (São Paulo: Annablume, 2008), p. 61-74.

do Brasil” de Frei Vicente do Salvador, podemos observar que as preocupações se davam essencialmente em torno do mapeamento dos riscos que a navegação da Costa apresentava, assim como de aguadas, melhores portos e dos estabelecimentos e vilas portuguesas nas enseadas. Os sertões quando apareciam no século XVII vinham acompanhados nos mapas coloniais, como o de Albernaz II, com a indicação da presença de grupos aliados indígenas e suas “províncias”, como a “Província dos Tremembés de Guerra” ou a “Província dos Guajajaras”. Dessa forma, essas representações nos dão indícios interessantes para buscarmos entender um elemento importante na constituição daquelas fronteiras internas nos sertões na América portuguesa, ao mesmo tempo que nos evidencia a historicidade das narrativas que são tecidas em relação aos espaços e a construção das fronteiras. A atenção às descontinuidades territoriais, a importância da desnaturalização do território e historicização das elaborações e construções das fronteiras foram levantadas por uma série de historiadores no alvorecer do século XX. Capistrano de Abreu, dentre outras razões, sublinhava os fatores ambientais, refletindo sobre elementos da geografia histórica no processo de ‘conquista’ das Capitanias do Norte. Asseverava que “outro motivo de igual força constituíam as correntes aéreas e marítimas da costa NE dificultando as comunicações para barlavento, durante a maior parte do ano<sup>15</sup>.”

Na expansão e construção de espacialidades portuguesas na América, em especial nas Capitanias do Norte, o projeto desde a expulsão dos neerlandeses em 1654, era o de encontrar um caminho por terra que ligasse o Estado do Brasil ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Essa organização do espaço da América portuguesa com essa divisão administrativa em dois grandes estados havia sido proposta antes mesmo da presença neerlandesa, em 1621, por conta de uma série de dificuldades administrativas percebidas pelos portugueses, empecilhos ambientais que se mostravam quase intransponíveis, como os ventos de Barlavento no sentido Leste-Oeste, que causavam graves dificuldades na comunicação entre São Luís e Salvador.

Um documento interessante sobre essas dificuldades ambientais na América portuguesa é a “relação do Maranhão”, que fora escrita pelo jesuíta Luiz Figueira no

<sup>15</sup> Tricentenário do Ceará por Capistrano de Abreu, Revista do Instituto do Ceará, ANNO XVIII, 1903, p. 64

início de 1609, quando do seu retorno de viagem que havia feito tentando chegar ao Maranhão, este é um documento precioso sobre a configuração dos espaços da “conquista” e os projetos de colonização e espacialização portuguesa naquele dado momento. Os padres Luiz Figueira e Francisco Pinto, a mando de Fernão Cardim, haviam saído de Lisboa para o Recife no início de 1607, do Recife navegaram em uma sumaca<sup>16</sup> até o Jaguaribe, onde se acompanharam de nativos para uma empreitada de caminhadas até a Serra Grande, ou como era chamada pelos grupos Tupi, a Ibiapaba, nos extremos da Capitania na tentativa de chegar ao Maranhão. O relato dimensiona as dificuldades da navegação, mas também a dinâmica dos caminhos por terra, em suas agruras de tentativas de negociações com os nativos por alimento, ao mesmo tempo, explicita a dimensão dessa descontinuidade territorial na primeira metade do século XVII e as tentativas de se costurar caminhos e provisões de ligações entre as Capitanias. Luiz Figueira, em seu relato sublinha a lista de dificuldades afirmando que:

Há nestes caminhos muitos e mui grandes rios que não é possível passar senão em embarcação, a qual não se pode fazer por não haver paos, e os índios quando alguma vez na vida passa alguns, fazem feixes de junco, que não sobem uma pessoa em cima, senão que a de ir nadando, e descansando somente sobre o junco. E à passagem destes rios é o maior perigo, porque os tapuias espreitam os que passam e passando alguns ou dão neles ou nos que ficam da outra banda, pera que lhe não acudam os que já passarão. 4. dado caso que de todos estes perigos se possa escapar (o qual é impossível) não se escapa da fome que como todos os nossos padres sertanistas dizem, e eu vi, este é o mais estéril caminho que há no Brazil, por que nós andamos muitos meses sem comer outra cousa mais que alguns ratos muito poucos, e raízes e ervas e as mesmas ervas cosidas na água, amargosas, sem outro azeite, nem sal & só tínhamos a pele pegada aos ossos, de modo que parecíamos tísicos de pura fome. E era regalo termos um lagarto, ou uns caracóis d’agua ou cousa semelhante. 5. e se todos estes perigos e dificuldades não impedirem a viagem, com tudo será sem proveito a ida (*standibus rebus*) porque no Maranhão há muitos franceses que estão de morada como estavam no Rio Grande, e depois de se passarem os tapuyas se ade ir dar em suas mãos. E o menos mal que pode fazer aos nossos, é levarem nós a França que cada dia lhe vem naus carregar de madeira, pimenta, algodão, etc. 6. E ainda com tudo isto os que lá forem não podem ter comércio com esta província do Brasil, porque de Pernambuco para lá todos os ventos são em popa e dela não se navega para cá senão em tanto tempo, que é mais fácil ir a ilhas, ou ir ao reino e de lá vir, de que é vir de Maranhão em direitura: isto dá vinda por mar, que por terra é impossível falando moralmente. Indo lá capitães del Rey como se pretende. E botando os franceses fora, poderão ir os padres morar, com estas dificuldades de recurso aos superiores do Brasil; até que se fazem pazes com os tapuyas do caminho (que será tarde) E no caminho se terá recurso em 3 e 4 meses que no caminho se ande gastar. Nós chegamos a serra do Ibigapaba, que

<sup>16</sup>As sumacas eram embarcações neerlandesas de pequeno calado de dois mastros que foram popularizadas no comércio de cabotagem no Báltico. Na difícil navegação das costas da América portuguesa tiveram grande aceitação ao longo dos séculos XVII e XVIII. Sua capacidade variava entre 20 e 100 toneladas. Ver Evaldo Cabral de Mello, *Um Imenso Portugal: História e historiografia*, (Rio de Janeiro: Editora 34, 2002).

está antes do Maranhão cem léguas; até a qual fomos parte por mar (de Pernambuco até Jaguaribe) E parte por terra em que somente não andam tapuyas junto do mar, mas dali por diante desta praya começam os tapuyas, e toda a terra está cheia deles. Isto é o que passa na verdade acerca das cousas e viagem do Maranhão..<sup>17</sup>

Muito distante da narrativa mitológica de Turner sobre o avanço sistemático da “civilização” diante do mundo natural na conquista da fronteira, este era o quadro que se mostrava da colonização e das espacializações daquela costa da América portuguesa na primeira metade do século XVII, o Rio Grande era a última fronteira, a ameaça e a dependência das “amizades” em relação aos indígenas tupis (Tabajara e Potiguar), ameaça dos indígenas dos sertões, os ditos “tapuyas” a pouco menos de 30 quilômetros de toda a costa, fome pela falta de cultivos nos caminhos trilhados, a ameaça dos franceses que se assenhoreavam aos poucos daquela porção do território, comerciando madeiras e as “drogas dos sertões” e onde viriam a estabelecer uma empreitada de colonização entre os anos 1612 e 1615 no Maranhão, e principalmente dificuldades impostas pelo mundo natural, tanto na navegação como nos caminhos terrestres, “o mais estéril caminho que há no Brasil”. Anos depois, o relato de Antonio Moniz Barreiros, capitão-mor de São Luis, datado do ano de 1625, no Maranhão já conquistado pelos portugueses aos franceses, e incumbido de descrever os limites e os espaços que cabiam a cada Capitania no Estado do Grão-Pará Maranhão, sobre a Capitania do Ceará Grande a descreve enfatizando que “se perdeu a Capitania do Seará, que athe hoje senão recuperou, ficando nas mãos dos índios, que antes eram nossos aliados, vaçallos, e amigos e oje são os maiores inimigos desta Coroa e isto originado tudo da ambição dos governadores que por satisfazê-las, as mollestavão de tal modo com cativeiros e vexações que os obrigarão, a rebellarem-se..<sup>18</sup>

Estes aspectos igualmente emergem nos escritos do Padre Antonio Vieira e sua narrativa da viagem feita por terra, na costa, entre a ilha de Maranhão até a Serra de

<sup>17</sup>Carta de Luiz Figueira sobre as dificuldades da Missão do Maranhão. Relação do Maranhão. *Revista do Instituto do Ceará*. ANNO XVII, 1903, pag. 139. Tomamos a liberdade de atualizar a escrita.

<sup>18</sup>Distinção dos locais que pertenciam a cada um dos territórios. Forma da repartição das Capitanias que de ordem seja referido e resolver que se refaça. Antonio Moniz Barreiros, Capitão-mor de S. Luiz, post. 1625. AHU, Documentos avulsos Capitania do Maranhão. [post. 1625] Consulta (minuta) do Conselho da Fazenda ao rei Filipe III, sobre a separação das Capitanias do Pará e Maranhão, fazendo a distinção dos locais que pertenciam a cada um dos territórios. Anexo: 1 doc. AHU\_CU\_009, Cx. 1. D.94.

Ibiapaba. escrita provavelmente no início da década de 1660. A narrativa dos embaraços tomados na viagem, assim como do caminho percorrido nos traceja também uma espacialização daquelas regiões interiores das Capitanias do Norte a partir do Maranhão, um mapa, contendo elementos da topografia, elementos da paisagem no sentido mais estrito, mas principalmente elementos das dinâmicas sociais, fronteiras entre os diferentes povos e sentidos atribuídos ao território, linhas de expansão dos projetos portugueses naquela costa. Vieira explicita:

até o rio das Preguiças levarão os padres boa escolta de soldados portugueses, com que passaram vinte e cinco léguas de perpétuos areaes, chamados vulgarmente de Lanços, por ser este passo mui infestado de Tapuyas. Despedida a escolta, se descobrio logo o quanto o inimigo da salvação das almas tratava de estorvar esta viagem, como se experimentou mais no decurso della. (...) Governava um destes magotes *Tatuaguaçu*, um dos quais tinha ido ao Maranhão e que era o intérprete dos demais ao quais como logo então se colheu de suas palavras nunca lhe pareceu bem que as suas praias fossem francas aos portugueses e devassada de passageiros; e como esta era a primeira viagem, tratou de cortar nella o fio e os intentos a todas as demais, dando de norte um bom assalto aos nossos<sup>19</sup>.

Elemento que salta à vista é a vulnerabilidade dos europeus quanto aos domínios daquelas terras, a imagem de *Tatuaguaçu* e o seu incômodo em ver suas praias tomadas por intrusos e viajantes, os caminhos por terra, ainda se mostravam também demasiado embaraçosos e só poderiam ser tomados sob a tutela e dinâmica dos próprios grupos indígenas, senhores daquelas paragens. No início da década de 1660, existia um grande abismo na fronteira interna, e na comunicação por terra entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão-Grão Pará.

Entretanto, se o grande número de indígenas daquelas porções aversos aos projetos europeus emergia como uma dificuldade para a criação dos caminhos por terra e a comunicação dos dois Estados da América portuguesa, avanço na fronteira, portanto, por outro lado, para a sanha escravagista, nos relatos e nas narrativas de administradores coloniais os indígenas apareciam como mais um atrativo. Tidos como força de trabalho (escravo) em potencial, eram vistos com olhares cobiçosos por parte de capitães e colonos desde há muito tempo. Assim, depois das guerras de expulsão dos

<sup>19</sup> Pe. Antonio Vieira, *Relação da Missão da serra de Ibiapaba*. In: Revista do Instituto do Ceará, (ANNO XVIII, 1905), p. 98

neerlandeses, inicia-se um processo acelerado de expansão rumo a novas terras, a serem ocupadas principalmente pelos criadores de gado, que advinham em duas correntes de expansão da economia colonial, a primeira desde o São Francisco, e a segunda a partir dos antigos senhores de engenho e plantadores endividados da Capitania de Pernambuco. Essa expansão resulta no encontro violento com os grupos indígenas entre os rios São Francisco e Parnayba e no que convencionou-se chamar de “Guerra dos bárbaros”, conflito que durou mais de 40 anos nos sertões da Caatinga e que resultou num processo de desterritorialização dos grupos indígenas dos sertões e de um processo acelerado de reorganização daqueles espaços de fronteira, produzindo os vazios nos mapas coloniais como o de D’Anville e novas possibilidades de espacializações coloniais portuguesas.

Na segunda metade do século XVIII, pouco depois da emergência do mapa de Bourguignon D’Anville, o quadro das fronteiras internas já se apresentava distinto. Em meio ao processo de desterritorialização provocado pelo empreendimento colonial, os administradores coloniais foram impelidos a enviar correspondências aos ministros ultramarinos em Lisboa e Coimbra, as assim chamadas “notícias gerais”, um determinado gênero narrativo que buscava dar conta tanto de elementos da espacialidade com as quais lidavam quanto com elementos das configurações sociais das populações que eram supostas serem administradas por esse olhar inquiridor<sup>20</sup>. As “notícias gerais” buscavam traçar igualmente as potencialidades econômicas desses espaços e os “níveis de organização social” das diversas capitanias da América portuguesa, com determinadas leituras para o mundo natural com a perspectiva de transformações e melhor aproveitamento dessas potencialidades. Dessa forma, essas leituras mais acuradas no final do século XVIII buscavam avançar sobre o que ainda eram tidas pelos administradores coloniais como fronteiras internas, e com isso

---

<sup>20</sup> No processo de expansão e construção de uma espacialidade luso-brasileira uma série de violências foram sumariamente executadas ante os grupos indígenas, que possuíam outra visão e conceito de suas organizações e vínculos territoriais, desencadeando num primeiro momento um processo de desorganização e de desterritorializações. Paul Little entende territorialização como uma multiplicidade de expressões as quais devemos estar atentos, assim o entendimento da relação que um determinado grupo social detém com o seu território passa pelo conceito de “cosmografia”, “definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter o seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com o seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.” É toda essa “cosmografia” dos grupos indígenas e relação territorial que é desorganizada e posteriormente reorganizada na expansão das fronteiras e na construção de um espaço colonial luso-brasileiro. Ver Paul E. Little, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Anuário antropológico. (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: p. 251-290), p. 253.

buscavam com uma política e uma geografia ancorada na Ilustração melhor classificar o mundo natural e as suas populações, assim como produzir mapas mais precisos destes espaços. Estes mapas, entretanto, como já mencionado anteriormente, possuem suas historicidades e produzem uma determinada narrativa sobre o espaço, sobre os limites territoriais ansiados e sobre o fechamento das fronteiras internas, produzindo um espaço uno, uma entidade geográfica, as capitanias, e impeliam uma atitude frente aos espaços e fronteiras tornadas vazios, espaços de colonização, como tenta fazer crer o capitão-mor João Baptista de Azevedo Coutinho e Montaury quando afirma que “o sertão he tão dilatado, que confina com a da capitania do Piauihy, e tem comunicação com a de Mato Grosso, serro do frio e Minas Geraes. Este vasto território se acha presentemente esterilizado, pelo pouco cuidado, que se tem applicado ao seu aumento, podendo de outro modo vir a ser o mais florente de toda a América portuguesa”<sup>21</sup>.

Anos antes, em carta endereçada ao reino datada de 25 de junho de 1779, o ouvidor da Capitania do Ceará Grande, José da Costa Dias e Barros, responsável pelas correições trienais no interior da Capitania, reclamava das condições que considerava lastimáveis e caóticas naquelas paragens. Para além das difíceis condições enfrentadas em relação ao ambiente, das intempéries climáticas e da notável ausência de melhores caminhos e estradas no interior, outro fator se mostrava incompreensível ao olhar do ouvidor: a violência que grassava entre os habitantes de tais “dilatados sertões”, produto de uma configuração social que as autoridades régias se contrapunham a partir de então. Na impressão registrada por Dias e Barros, ele afirma que tão logo entrou na “administração da justiça deste lugar, e no giro da correição desta comarca de Seará, admirei com dor e impaciência o seu deplorável estado. Vi com horror os contínuos assacínios, os roubos e todos os insultos os mais execrandos, perpetrados por uma multidão incompreensível de homens fascinorosos e libertinos, que *infestavam* este dilatado sertão”.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup>Ofício do capitão-mor do Ceará, João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, ao secretário de estado dos negócios da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo Castro, encaminhando um relatório geral sobre a capitania. Anexo: relatório. Caixa: 9; doc nº 591; disco II; pasta 9 / 3 – doc. Nº 0485;

<sup>22</sup>1779, junho, 25 Aquiráz; Carta do ouvidor do Ceará, José da Costa Dias e Barros, à rainha [d. Maria I] apontando as causas da desordem na capitania e pedindo aprovação para as fintas que estabeleceu; Anexo: cópias de cartas; Arquivo Histórico Ultramarino; Conselho Ultramarino; Documentos Avulsos da Capitania do Ceará Caixa 9; doc. No 564

A descrição do espaço pelo capitão-mor e a leitura da sociedade colonial na fronteira pelo ouvidor sublinham não apenas a tentativa de esvaziamento em relação ao ambiente e à paisagem, posto que eivada por uma alteridade radical entre sujeitos e paisagem, da desterritorialização em relação aos grupos autóctones e suas práticas próprias de espaço, mas também uma projeção para o futuro face ao ambiente e ao que deveria ser o processo colonizador em relação ao território e ao fechamento de suas fronteiras internas. Se na leitura do mundo natural a paisagem é lida não pelo que ela é mas pelo que ela pode vir a ser, a alteridade e o esvaziamento são produzidos em função de uma projeção futura daquilo que o mundo colonial pode produzir, igualmente a leitura do mundo social se produz em relação ao desconforto face às gentes do mundo colonial, sua insubmissão aos projetos coloniais. Alteridades radicais que persistem na paisagem das fronteiras da América portuguesa.

O “fechamento” da fronteira no mundo colonial da América portuguesa em fins do século XVIII, o melhor aproveitamento das terras por meio do maior incentivo à agricultura e a invenção de entidades geográficas com contornos bem mais claros passam a ser elementos importantes para a Coroa portuguesa na Ilustração e nos processos da modernidade, de maneira geral<sup>23</sup>. Com isso, com as novas espacializações portuguesas, no aspecto ambiental novas demandas coloniais e transformações ecológicas vão sendo impostas, principalmente com o impulso para produções agrícolas, na tentativa de domesticação dos seus sertões e “civilização” de seus habitantes, os seus “outros”. No âmbito social, o vazio nos mapas de D’Anville são produtos dos processos de desterritorialização do empreendimento colonial, tais vazios, que são também produtos da retórica colonial, são lentamente preenchidos por espacializações portuguesas, e com pressões sobre sujeitos que passam a ser lidos como os desclassificados dos sertões, classificados então como vadios, vagabundos e facinorosos num esforço de “civilização” do ambiente e de seus habitantes, num espaço que continua sendo um *locus* de tensões durante o Império, numa paisagem que continua a provocar um sentimento radical de alteridade, daquilo que Flora Sussekind

---

<sup>23</sup> Ver E. P. Thompson, *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). Peter Linebaugh and Marcus Redicker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

identifica como uma sensação de incompletude, de dissonância entre sujeitos e paisagens, da “sensação de não estar de todo<sup>24</sup>”.

## **PAISAGENS E ESPAÇOS: A FORMAÇÃO DA TERRITORIALIDADE ALEMÃ NO SÉCULO XIX**

Ao passo que na elaboração dos limites da América portuguesa, as narrativas coloniais exaltavam os espaços vazios à espera de uma investida colonial, nos discursos produzidos na virada do século XVIII na Alemanha, é relevante o domínio da exaltação de uma prolongada tradição nacional na entidade geográfica que se constituía. O contraste é evidente. Em um espaço há o investimento em um projeto de esquecimento de personagens humanos e não humanos, traduzindo longos territórios em completos vazios culturais, onde, portanto, não há tradição, as paisagens são entendidas enquanto “virgens” e imaculadas à espera da ocupação humana. Um esquecimento intencional que justifica as investidas coloniais. No outro, em contrapartida, busca-se investir qualquer território que se queira nacional em uma longa tradição cultural. Tradição vista como “inata” ao território, justificada nas paisagens, nas histórias e hábitos sociais.

25

Para além de mudanças constantes nas fronteiras, as narrativas, sejam imagéticas sejam literárias sobre o território e suas paisagens estavam em constante ebulição no século XVIII e XIX. Não apenas as noções do espaço físico e material, com delimitações cartográficas mais precisas no que se trata de fronteiras humanas, mas também as representações e sentimentos ligados aos espaços-mundo passam a compor de maneira mais intensa as narrativas. Sejam elas por um desejo de tornar o território um corpo conciso do Estado nacional que se constituía como no caso da Alemanha, sejam elas justificativas para as investidas coloniais como no caso da América

<sup>24</sup> Flora Sussekind, *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*, (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

<sup>25</sup> Ambos os processos analisados aqui se utilizam de descrições e narrativas que evocam a construção, os limites e os significados atribuídos aos espaços geográficos. Este estudo une diferentes narrativas ao espaço e à história, deste modo, Fernand Braudel, que desde o final da década de 1940 alertava para a relação entre sociedade, espaço e tempo, contribui igualmente para entender os remendos e recortes desenhados na terra e transformados em territórios, costurando no estudo das fronteiras os pólos sociais, espaciais e o temporais. Ver em: Fernand Braudel, “Geo-História: a sociedade, o espaço e o tempo”. (*História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015)

Portuguesa. São subjetividades e individualidades, por vezes construídas por um projeto elaborado, que não se exemplifica apenas pelo estudo dos territórios nacionais.

Aqui, como contraponto, almeja-se investigar a construção de novas leituras das paisagens circunscritas dentro do território alemão durante o século XIX como subterfúgio de defesa de determinada identidade nacional. Para isso integra-se a análise de textos literários de Heinrich Heine e nas pinturas de paisagens de Caspar David Friedrich, onde se entoa o desejo por uma identidade nacional unificada. Através de uma análise interartística busca-se os laços de conexão entre os conceitos de território, territorialidade e paisagem na construção da identidade alemã dentro de suas novas fronteiras políticas.

Fronteiras políticas que só se constituem enquanto Alemanha em 1871<sup>26</sup>. Até então, desde 1815 estava dividida entre os estados da Confederação Alemã (Deutscher Bund)<sup>27</sup>, o Império da Prússia e Habsburgo. Acordado no Congresso de Viena pós-guerra de liberação (Befreiungskrieg, 1813-1814) a confederação era constituída por 38 estados sendo eles 14 monarquias e 4 cidades livres (Lübeck, Bremen, Frankfurt e Hamburgo). O mapa de 1790, de Thomas Kitchin nos traz indícios dessa completa colcha de retalhos que uniu sob o mesmo território a população étnico/cultural da Alemanha da Europa Central com o norte da Itália e a República Tcheca. O movimento pós queda do domínio francês que reconfigura a espacialidade particular alemã, forja uma territorialidade específica, pouco provável ao observarmos os grupos que constituíam o mesmo território. Ocorre frente a esses movimentos uma dialética entre a desterritorialização em sua perspectiva mais cultural e filosófica, junto de um processo de reterritorialização política, econômica e cultural.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> É importante mencionar, que após a unificação em 1871, a Alemanha remodela suas fronteiras diversas vezes na história. Um bom exemplo é pensarmos na Alsácia-Lorena, lugar de grande tensão germano-francesa, trocando de nacionalidade diversas vezes até 1945, quando passa a ser território francês por definitivo.

<sup>27</sup> A união aduaneira (*Deutsche Zollverein*) também teve papel importante na rápida transformação da paisagem topográfica alemã. Iniciada em 1818 pela Prússia, e completada apenas em 1834, acelerou as rotas de comércio entre as cidades, além de promover o mercado interno, as rotas de escoamento de mercadorias e a construção de ferrovias. Bem como a Confederação da Alemanha do Norte (*Norddeutscher Bund*), aliança entre 22 estados alemães em 1867, até que alguns estados do sul decidiram aderir à nova constituição da confederação alemã. Ver mais em: KITCHEN, Martin. *A History of Modern Germany 1800-2000*. (Australia, Wiley-Blackwell, 2006) p.60 - 62

<sup>28</sup> Felix Guattari and S. Rolnik, *Micropolítica. Cartografias do Desejo, Vozes*, 1986) p. 323 E ainda Gilles Deleuze and Félix Guattari. *Mil platôs*. Vol. 3. (São Paulo: Editora, v. 34, 1997), p. 224.

**Figura 2.** Thomas Kitchin [Material Cartográfico]. The Circles of Lower Rhine, Franconia, Swabia, and Bavaria, with the Southern Parts, of the Circles of Upper Rhine and Saxony, The Western Parts of Bohemia and of the Circle of Austria, Switzerland and Parto of Italy, France and the Netherlands, 1790.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Cartográfica. Cota: C.C. 1261 A. Digitalizado: <http://purl.pt/3739>.

Quando Thomas Kitchin publica o seu mapa dos estados e principados germânicos, em 1790, uma miríade de territórios se apresentavam com suas jurisdições e espaços delimitados e esparsos, demonstrando a historicidade dos caminhos percorridos em torno de fatores que uniam mas também afastavam essas jurisdições. O mapa demonstra a historicidade da construção da nacionalidade, e de peças do território somente depois entendidos como nacional, caminhos que poderiam ter sido outros. E caminhos que são tomados de forma distinta, como o que ocorre com a Boêmia e principalmente com a Áustria, presentes no mapa de Kitchin, com elementos culturais compactuantes com os demais estados germânicos, mas posteriormente mantidos de fora da federação.

Ignorar as fronteiras étnicos/culturais, como essas, significaria entender as histórias como ilhas, as culturas e grupos étnicos como dicotômicos, como se o desenvolvimento das sociedades, de grupos culturais melhor dizendo, partisse de um isolamento parcial, onde os sinais e signos manifestos, a orientação de valores fundamentais, não ultrapassassem as dimensões organizacionais. Para o amparo dessas categorias, ou seja, para que os grupos sejam definidos enquanto “um”, o sentimento mesmo de pertencimento dos atores sociais, dependem da manutenção de uma fronteira, ou da criação de um sentimento nesse sentido. Estamos cientes dos debates encetados por Frederick Barth<sup>29</sup>, quando afirma que a construção das fronteiras étnicas são processos dinâmicos, internos e móveis, passando, nesse momento, inclusive por um processo de aceitação ou refutação das possibilidades de alargamento como os propostos na construção do Estado nacional. Entretanto, o movimento que observamos aqui, da construção desse sentimento nacional, é disseminado por uma série de narrativas, imagens e mesmo a instrumentalização das paisagens e do mundo natural, sendo um processo mais amplo, como veremos com mais vagar adiante, por exemplo através da *Lesewut* ou *Lesehucht*, a febre da leitura, disseminando uma identidade entre gentes e paisagens, entendendo o “corpo da nação” e suas paisagens como algo natural.

---

<sup>29</sup> Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart and Fredrik Barth, Teorias da Etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras. Tradução Élcio Fernandes. (São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998).

Uma mudança acelerada da divisão e gerência dos territórios da Europa central no século XIX apresenta um arranjo preciso desse jogo de desterritorialização/reterritorialização mencionados acima. Dentre os 38 estados alemães reconhecidos no congresso de Viena, 9 eram dinásticos ou monárquicos, 29 eram principados e ducados, 11 ganharam novas constituições entre 1814-1819, sendo esse processo iniciado pelos estados do sul (Bavária, Baden e Württemberg). Essas constituições delimitaram o poder dos principados, que agora manejavam seus territórios consoante o consentimento da confederação alemã. Ainda assim, esse território estava dividido entre um Sul austríaco e um Norte Prussiano, subdividido em províncias, regido por um representante relativamente independente escolhido pelo governo central. As províncias mantinham, apesar de tudo, um certo grau de autonomia ao definir sua própria constituição e identidade, como é o caso do uso de variações regionais das línguas. No entanto, com o aumento da mobilidade entre as regiões, um fluxo mais contínuo de festivais e matérias de uma imprensa nacional minavam os regionalismos com o sentimento supra regional: os regionalismos estavam vestindo aos poucos vestes nacionalistas. Não à toa, para legitimar essa configuração fragmentada da nova Confederação alemã, a forja de tradições, leis e uma forçada lealdade passava a ser primordial.

Seja na arquitetura, nas pinturas, nos monumentos e bustos espalhados ao longo de todo território, as novelas, contos e poemas, os festivais, as recém criadas fraternidades universitárias (*Burschenschaft*) remontam a busca por memórias de um passado exaltado e a hiper valorização de tradições que uniam as peças desse quebra-cabeça espacial. O movimento de artistas e intelectuais românticos corroboram muito para essa ênfase de um sentimento nacional de identidade unificada. Ao compreender o espaço geográfico para além de suas funções de trajeto ou fronteira, alarga-se potencialmente a gama de fontes e os olhares para analisar como se constroem imaginários, representações e percepções de determinado espaço.

As paisagens, os enquadramentos do olhar, por si só compõem uma fonte histórica em movimento. As representações de paisagens, por sua vez, inserem no tempo as intenções que perpassam os interesses e a historicidade dos sujeitos de

determinadas épocas sobre o que se supunha ser aquele enquadro. Com uma falsa inocência intencionada a manipular imaginários, os novos estados-nações apresentavam suas paisagens como se fossem originárias, inatas, pré-existentes. Uniam, os românticos, as paisagens de grandes faias e carvalhos aos sentimentos supra regionais que afloravam no momento. Como se por ser um dado da natureza, estivesse sempre ali, imutável, forjaram um apagamento de conflitos, quase que um esquecimento em razão da unificação, ao não mencionar que para se constituírem enquanto representadas, foram redesenhadas e ressignificadas ao longo do tempo. Os reflorestamentos culturais, já haviam modificado essas paisagens “naturais” mesmo antes dos projetos hidrográficos de Frederico II, rei da Prússia entre 1740 a 1786. Drenaram-se os banhados, as florestas densas foram substituídas pelos campos abertos, as madeiras de lei quase já não existiam devido à alta demanda da construção naval e das incessantes guerras, as coníferas de rápida maturação tomaram lugar dos carvalhos, quase extintos. Exaltava-se tanto as faias, em menção a essa tradição grandiosa, quanto os abetos de Douglas<sup>30</sup> e as “paisagens humanizadas” (*Kulturlandschaft*) do progresso.

As pinturas de Caspar David Friedrich<sup>31</sup> apresentam a clara sobreposição entre o novo e velho. As coníferas junto dos pântanos, os carvalhos e abetos em espaços abertos, quase sempre solitários e posicionados no centro das pinturas. Uma natureza organizada, uma versão de jardim “selvagem” à disposição do uso humano para a afirmação de sua identidade. A pintura “*Dorflandschaft bei Morgenbeleuchtung*” (Paisagem da vila com luzes da manhã), de 1822, por exemplo, reúne todos esses elementos, e ainda apresenta um sujeito embaixo do carvalho centralizado, que contrasta com a torre das igrejas ao fundo. A luz centra-se sempre nas paisagens modernas, nos campos abertos e organizados, as faias e carvalhos, por sua vez, ao representarem o passado, movimentam uma dimensão do sombrio, referência quase que folclórica, como mobilizadas pelos contos dos Irmãos Grimm, por exemplo.

<sup>30</sup> Espécie de conífera nativa da América do Norte. Ver David Blackbourn, *History of Germany 1780-1918 the long nineteenth century*. (London: Wiley-Blackwell, 2002), p.75.

<sup>31</sup> Caspar David Friedrich nasceu em 1774 na cidade portuária e universitária de Greifswald, no norte da atual Alemanha.

Em Dresden, por volta de 1805, C. D. Friedrich ganha o primeiro prêmio de desenho num concurso patrocinado pelo escritor Goethe, e torna-se extremamente conhecido quando, em 1810, o rei da Prússia Frederico Guilherme III adquire uma série de suas pinturas. Interessante pensar, que mesmo colocando inúmeras características marcantes nos discursos nacionalistas, Greifswald só passou a ser parte do império Prussiano em 1815, sendo anteriormente parte do império sueco. Assim, a seleção das pinturas utilizadas como referência neste trabalho buscou as obras de Caspar David Friedrich consideradas parte do segundo movimento romântico alemão, pinturas topográficas em um jogo marcante de significados religiosos, políticos e por vezes nacionalistas. Entre elas destacamos: *Der Sommer* (1807); *Wiesen bei Greifswald*, (entre 1820 a 1822); *Dorflandschaft bei Morgenbeleuchtung* (1822), *Das große Gehege* (Ostra-Gehege) (c. 1832).

**Figura 3.** *Dorflandschaft bei Morgenbeleuchtung*, 1822, óleo sobre tela;



**Fonte:** Maria Tsaneva, Caspar David Friedrich: 111 Paintings and Drawings. Ed. Lulu.com, 2014.

**Figura 4.** Der Sommer, 1807, óleo sobre tela;



**Fonte:** Maria Tsaneva, Caspar David Friedrich: 111 Paintings and Drawings. Ed. Lulu.com, 2014..

**Figura 5.** Wiesen bei Greifswald, entre 1820 a 1822, óleo sobre tela.



**Fonte:** Maria Tsaneva, Caspar David Friedrich: 111 Paintings and Drawings. Ed. Lulu.com, 2014.

O uso de determinadas posições desses elementos nas obras dos artistas românticos junto de ações físicas e políticas da humanidade no meio ambiente construíram a forma como percebemos, sentimos e experienciamos essas paisagens e natureza. É justamente a mimese de um passado original, a busca pelas genealogias de uma *Germania* repleta de virtudes e méritos seculares, de uma tradição comum em pinturas e histórias desse período, que mobilizam iconografias de fronteiras, sem necessitar referenciá-las. Como afirma Anne Cauquelin, esses estratos compósitos de aspectos do mundo natural que são transformados em paisagem contém suas referências elucidativas em “toda uma retórica em ação, a tecer o laço necessário entre elementos antigos, dispostos segundo uma gramática, interpretados e geridos por instituições da cultura, da língua, dos costumes, pelos imperativos econômicos que governam não apenas as “coisas” da vida, mas também as maneiras de aprendê-las”.<sup>32</sup>

É nesse sentido que as descrições de Heinrich Heine e de outros escritores românticos do período mobilizam símbolos familiares remontando, por exemplo, no livro “A viagem ao Harz” a vida nas minas e a paisagem sentimental das montanhas. Livro que estreia Heine na prosa, relata uma viagem muito comum entre os escritores românticos. Goethe, por exemplo, subiu ao menos três vezes ao Brocken. É importante mencionar que, no final do século XVIII apenas 25% do público era potencialmente leitor, número que viria a duplicar entre 1750 a 1800. Os números de publicações também aumentam. Cerca de 2.500 novos romances aparecem no mercado entre 1790 e 1800. Junto do aumento das impressões de livros e jornais, a cultura de ler um mesmo livro diversas vezes decai em relação à leitura dos romances recém publicados. Agora “o leitor carrega os livros para os campos e para os topos das montanhas, onde como Rousseau e Heine ele pode comungar com a natureza”<sup>33</sup>. Lê-se mais e escreve-se mais, conseqüentemente o sentido da literatura na vida das pessoas se transforma.<sup>34</sup> Esse episódio ficou conhecido como *Lesewut* ou *Leseshucht*, literalmente uma febre pela

<sup>32</sup> Anne Cauquelin e Marcos Marcionilo, *A invenção da paisagem*. (São Paulo: Martins, 2007), p. 30.

<sup>33</sup> Peter Burke, *A escrita da história*. (São Paulo: Unesp, 1992), p.217

<sup>34</sup> Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos: uma história* (Editora Companhia das Letras, 2009), p. 39

leitura. Mesmo frente à censura Prussiana, em 1820, estima-se que entre 1821 e 1840 houve um aumento de 150% de publicações em língua alemã.<sup>35</sup>

O lugar da literatura se aproxima da vida dos leitores, torna-se nessa virada de século um espelho dos desejos e das experiências de si mesmo, cada página possibilitava uma companhia imaginária, para um lugar onde as condições sociopolíticas e geográficas favoreciam o isolamento. Como afirma Safranski: a “Alemanha não possuía nenhum poder político que incitasse a fantasia, nenhuma cidade grande com seus segredos labirínticos, nenhuma colônia que alimentasse a percepção da distância e a aventura no mundo mais longínquo”<sup>36</sup>, assim os livros apresentavam horizontes que a Alemanha fragmentada só permitia através da imaginação.

Heine nasceu em 1º de janeiro de 1801<sup>37</sup>, na cidade de Düsseldorf, localizada às margens do Rio Reno, na Renânia do Norte -Vestfália, divisa com a França, a qual em 1815 passa a ser administrada pela Bavária. Viveu sua infância nas fronteiras do conflito, ora em território francês ora alemão. Filho de comerciantes da corte, Heine teve uma educação privilegiada, estudando primeiro em Hamburgo, Bonn e depois em Berlim. Em 1825, mesmo ano de publicação do “Viagem ao Harz”, o governo prussiano proíbe a ocupação judaica em postos acadêmicos, quando Heine decide batizar-se<sup>38</sup> em uma igreja protestante afirmando ser esse seu “bilhete de entrada para a cultura europeia.”<sup>39</sup>. Em 1831 muitos outros escritores tiveram seus livros censurados pelo governo da Prússia, como foi o caso de Heinrich Heine, que pede exílio na França.<sup>40</sup>

<sup>35</sup> Para mais exemplos ver: David Blackbourn, *History of Germany 1780-1918 the long nineteenth century*. (London:Wiley-Blackwell, 2002), p.96

<sup>36</sup> Rüdiger Safranski, *Romantismo: uma questão alemã*. Tradução: Rita Rios. (São Paulo: Estação Liberdade, 2010), p.49

<sup>37</sup> Hoje acredita-se que o escritor nasceu em 13 de dezembro de 1797, e que a incerteza do ano de seu nascimento deve-se ao fato de que não haviam registros oficiais do nascimento de judeus, naquela época.

<sup>38</sup> Sobre esse tema escreveu Johnson: “A conversão ao Cristianismo foi uma maneira pela qual os judeus reagiram na Idade de Emancipação. Tradicionalmente, o batismo fora uma fuga da perseguição, e a emancipação deveria fazê-lo desnecessário. Na realidade, a partir do fim do século dezoito, tornou-se mais comum. Já não era um ato de tradição dramático, uma mudança de um mundo para outro. Com o declínio do papel que a religião representava na sociedade, a conversão podia ser menos um ato religioso do que um ato secular; podia ser inteiramente cética. Heinrich Heine (1797-1856), que se fez batizar um ano depois de Karl Marx, referia-se ao ato, com desprezo, como um ‘bilhete de entrada na sociedade europeia’. Durante o século dezenove, na Europa oriental-central, pelo menos 250.000 judeus compraram o bilhete” Dias Junior and Antonio Herembergue, *Ironia e paródia em o Rabi de Bacherach, de Heinrich Heine* (Phd. diss., Universidade de São Paulo, 2009), p.59

<sup>39</sup> “Entreebillet zur Europäischen Kultur” Junior, Dias, and Antonio Herembergue, *Ironia e paródia em o Rabi de Bacherach, de Heinrich Heine* (Phd. diss., Universidade de São Paulo, 2009), p.59

<sup>40</sup> Neste trabalho optamos, devido ao espaço, pensar especificamente nas obras de Caspar David Friedrich e Heinrich Heine. No entanto, é preciso salientar que estes nomes carregam consigo o caráter de influência indissociável do romantismo alemão, não apenas na literatura como também na filosofia alemã. Nomes que poderiam vir primeiro em grau de influência na sociedade alemã do século XIX. Podíamos, por exemplo, nos alongarmos com Herder ao reunir em seus escritos a natureza, as paisagens e a cultura no que denominou de *Volksgeist*, o Espírito do Povo. Fichte e o “Eu” absorto em si mesmo, o “Eu” que encontra nos discursos da nação o sentimento comunitário aliado à identidade individual. Schiller, Goethe, Hamann e os Irmãos Grimm sempre evidenciando as paisagens como peças sólidas da nação, ao marcar sua territorialidade através do enaltecimento constante de folclores, fábulas, lendas e de um passado, sempre grandioso, nacional.

Heine inicia sua *Reisebilder*<sup>41</sup> em setembro de 1824, partindo de Göttingen, a pé, atravessando as cidades da região da Baixa-Saxônia Bovenden, Nörten, Northeim, Osterode, Clausthal e Goslar, chegando aos montes Brocken e Ilsenstein. Ao longo do percurso descreve tanto as paisagens como as pessoas, utilizando um recurso, chamado por Gerhard Höhn de “estética de contrastes” ao mesclar figuras do sagrado e do profano. A exaltação nacional e as críticas às opressões políticas do momento marcam cada página do livro. Ora insulta o academicismo, sofrendo censura em algumas cidades alemãs principalmente por esse motivo, ora elabora uma descrição de um “nós” germânico com observações da natureza. Como no trecho a seguir:

O Brocken é um alemão. Com rigor germânico, de modo direto, acurado e com alcance infinito, como um imenso panorama, ele nos mostra centenas de cidades, vilarejos e povoados, situados em sua grande maioria mais ao norte, bem como as montanhas, florestas, rios e planícies. (...) Beleza mesma não há, não há paisagem com que os olhos possam de fato se alegrar. É muito comum que nós, compiladores alemães, devido a essa exatidão sincera com a qual queremos expressar tudo e mais um pouco, não paremos para pensar em expressar o singular de um modo belo. A montanha também tem algo da fleuma alemã, de sua inteligência e tolerância – justo por conseguir enxergar as coisas tão longe, tão amplamente. (...) aliás, é de conhecimento de todos que o Brocken tem seus momentos de fanfarrices e fantasia, como, por exemplo, a madrugada do primeiro de maio. É quando ele lança euforicamente pelos ares seu capucho de neblina e torna-se, tanto quanto o restante de nós, um romântico desvairado, absoluta e *verdadeiramente alemão*. (grifos nossos)<sup>42</sup>

Os significados do ser “verdadeiramente alemão” se mesclam ao vislumbre que a montanha permite do horizonte, deixando visível os limites políticos e geográficos dessa *Heimat*. É a montanha a espectadora das antigas celebrações da primavera, no 1º de maio. É ela que abrange todo o horizonte em construção dessa nova Alemanha, sejam as cidades, vilarejos e povoados, ou as montanhas, florestas, rios e planícies. É dessa maneira, vinculada a uma necessidade prática e psicológica de pertencimento, que se unifica o conceito de *Heimat* ao instaurá-lo nesse território ao traduzir que a montanha “também tem algo da fleuma alemã”. O ponto mais alto do Norte da Alemanha, situado nas cordilheiras do Harz na Saxônia-Anhalt, é descrito, portanto, através de

<sup>41</sup> *Reisebilder* é o nome da primeira parte do livro e significa “Imagens de viagem”. Esse volume contém: Die Harzreise (“Viagem pelo Harz”), Die Heimkehr (“O retorno”), Die Nordsee.

<sup>42</sup> Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013) p.78

características humanizadas (rigor, acurado, inteligência, tolerância, fanfarrice, fantasia, eufórico, desvairado, etc.), tudo para moldar uma autoimagem da nação.

Há nacionalismo, um desejo de identidade, sentimento, reflexão, individualidade, topografia, territorialidade e lírica. É um quadro de Caspar David Friedrich descrito, é a individualidade romântica, afixada em uma paisagem similar aos dois artistas. O encontro entre estas diferentes narrativas propõe a reflexão de uma mesma paisagem em transformação. Ora virgem e nacional, ora humana e domesticada.

Ao longo do livro, Heine descreve, junto desse exaltar de uma natureza mística e nacional, os seres-no-mundo que ocupam esse espaço territorializado. Estabelece entre as coisas materiais, os lugares, sejam as casas ou as minas de Clausthal, Dorothea e Carolina, uma relação sentimental e identitária. Assim, Heine estabelece o território como elemento constituinte da sociedade, multi-identitário, espaço de referência identitária. Quando o autor escreve: “É possível que a senhora trêmula e anciã, sentada atrás do fogão a lenha, em frente ao grande armário de cozinha, já estivesse sentada ali há mais de um quarto de século.” radicaliza os limites da identificação, ao amarrar até o mais íntimo da individualidade, da personalidade ao lugar. Reestabelece as fronteiras que ocupa com uma identificação para além do visível: “E não resta a menor dúvida de que seus pensamentos e sentimentos estejam intrinsecamente ligados a cada entalhe do armário, a cada canto daquele fogão. Armário e fogão tinham vida agora, pois um ser humano incutiu-lhes uma parte de sua alma.”<sup>43</sup> Esta até então inexistente, porque não materializada. Personifica, na casa, na montanha, na mina, o sentimento mais profundo de pertencimento.

Como por exemplo, ao aludir ainda à relação entre os mineiros e que entendeu como um “sentimento tão verdadeiramente germânico” de fidelidade que se estabelece entre a mina, seus homens e a *Heimat*. Apesar do medo que sentiu ao descer para “o fundo daquela eternidade sombria”<sup>44</sup>, ao se referir à mina de Clausthal, atrela a coragem ao sentimento de saudade “no fundo da mina, por mais estranho que pareça” de ter

<sup>43</sup> Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013), p. 45

<sup>44</sup> Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013), p.41

“tudo isso banhado pelo frescor e pela graça divina do ar livre.”<sup>45</sup>. Nas palavras de Heine “outros povos podem ser mais habilidosos, espirituosos e hilariantes, mas nenhum é tão fiel como o fidelíssimo povo germânico. Se eu não soubesse que a fidelidade é tão antiga quanto o mundo, diria que um coração germânico a inventou.”<sup>46</sup> E assim prossegue, estimulando nosso imaginário sobre o espaço e a territorialidade do interior de uma montanha, mobilizando identidades e sentimentos sobre o lugar.

O encontro entre as narrativas pictóricas e literárias apresentadas encontram-se não apenas por estarem situadas no mesmo período histórico e literário. Mas por apresentarem paisagens em construção, que marcam até os dias de hoje o imaginário paisagístico do território alemão. Suas obras contêm uma ressignificação da compreensão de natureza junto de um processo de reterritorialização desses mesmos espaços “naturais”. Recolocam o homem no espaço, não somente enquanto parte do todo, mas enquanto esculpidores desse mesmo espaço. A paisagem natural não é distinguida da paisagem cultural, uma significa a outra. Essa mesma paisagem que individualiza o *Eu*, mas o entende enquanto parte de uma identidade nacional.

A ideação de uma identidade nacional é evidente nas representações paisagísticas apresentadas, refletindo na construção imagética de um espaço físico modificando a territorialidade da Alemanha a ser construída em meados do século XIX. Para além do campo topográfico, a linguagem, a cultura e a política remodelam a forma como nos relacionamos e significamos as paisagens e a natureza, e como sentimos as fronteiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que as narrativas sobre as fronteiras, sobre a construção de fronteiras territoriais e sobre a criação de limites nacionais trazem consigo, portanto? Primeiro, a percepção de que seja na construção de sentimentos da nacionalidade, seja na

---

<sup>45</sup> Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013), p. 41

<sup>46</sup> Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013), p. 44

construção de paisagens domesticadas para o mundo colonial, há uma instrumentalização do mundo natural, que é elencado como um elemento primordial na sua relação com os sujeitos históricos, e, principalmente na relação entre esses mesmos sujeitos históricos e as paisagens, igualmente históricas, em seus enquadramentos e nos enquadramentos do olhar. Aqui buscamos sobrepor duas faces de um mesmo processo histórico, qual seja, o de “fechamento de fronteiras” na modernidade buscando realçar uma série de elementos que enriquecem o debate sobre a relação entre o conceito polissêmico de fronteira e a história ambiental. O olhar sobre a construção de uma territorialidade colonial, como observamos nas descontinuidades territoriais e nas fronteiras internas do Brasil no século XVIII, traz consigo uma narrativa retórica de esvaziamentos, com efeitos nas desterritorializações, na construção de alteridades, e principalmente nos estranhamentos em relação às paisagens, ao mundo natural e aos territórios sempre colocadas no campo do porvir, do vir a ser, de uma espera enorme. Do lado da construção de um território nacional, como nos estados alemães do final do século XVIII que conduz ao processo de unificação da Alemanha no século XIX, do caminho que leva da transformação do estado moderno em estado nacional busca se fechar a fronteira, com uma clara construção de uma identificação radical entre sujeitos, paisagens e o mundo natural, o novo território inscrito mesmo nos próprios sujeitos, construção lenta e paciente, igualmente com o empreendimento de apagamentos e esquecimentos, rumo à criação de um sentimento radical de identificação e, portanto da criação de mitologias, como alertava Febvre, que acaba por naturalizar o espaço e a linha imaginária da nova fronteira.

Desse modo, é justamente por serem elas espaços geográficos híbridos, que devem ser entendidas dentro de suas dimensões não apenas corpóreas, como as mudanças e interações físicas com o ambiente, mas também e ao que concerne a este trabalho, sobretudo o enlace deste com as ações sociais e simbólicas. Esse enlace, de maneira nenhuma total, adota espacialidades particulares que preenchem uma função intencional na dialética do próprio uso do espaço. Seja ela transtemporal e transversal, como nas paisagens, ou horizontal e única, como nos territórios. São os valores e sentidos atribuídos aos lugares, naturezas, paisagens e territórios que os geografizam,

os transformam parte da dialética do espaço, este sempre em movimento. Nas palavras de Milton Santos, “podem as formas, durante muito tempo permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento a mesma paisagem e a mesma configuração territorial nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes.”<sup>47</sup>

Esse movimento, sempre contínuo, torna as fronteiras, portanto, componentes da problemática de integração, sendo parte dela, mas também vetor. E igualmente componentes de exclusão, desterritorialização e reorganização dos espaços na modernidade, que como nos alerta Patricia Limerick<sup>48</sup>, cabe sempre refletir sobre eles com um olhar crítico e em busca de outros pontos de vista em relação aos processos de construção dos discursos, das narrativas, representações e dos limites físicos mesmos das fronteiras, bem como as instrumentalizações que são efetuadas frente às paisagens e ao mundo natural.

Ao incorporarmos nos estudos históricos os próprios projetos que constroem as fronteiras, atentamos para os processos de interação antes deslocados e descontínuos do espaço, que nos permitem entender a relação das projeções históricas sobre os espaços e o mundo natural que fazem emergir o “outro”, a alteridade, como é o caso colonial, quanto o encontrar de um “si-mesmo” no espaço, como no caso do sentimento mitológico nacional.

## REFERÊNCIAS

Ana Cristina Nogueira da Silva, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime* (Lisboa: Editorial Estampa, 1998).

André Ferrand de Almeida, *A formação do Espaço Brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América portuguesa (1743-1748)* (Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001).

---

<sup>47</sup> Milton Santos, *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia* (São Paulo: Hucitec, 1996) p.77

<sup>48</sup> Richard White; Patricia Nelson Limerick, *The Frontier in American Culture: an exhibition at the Newberry Library, August 26, 1994 – January 7, 1995* (Edited by James Grossman. University California Press, 1994)

Anne Cauquelin; Marcos Marcionilo, (A invenção da paisagem. Martins, 2007).

Antonio Carlos Robert de Moraes, Território e História no Brasil. 3ª edição (São Paulo: Annablume, 2008).

Arthur Lima de Ávila, Da História da Fronteira à História do Oeste: Fragmentação e crise na Western History norte americana no século XX. In Sandro Dutra e Silva; Dominich Miranda de Sá; Magali Romero de Sá(orgs.). Vastos Sertões: História e Natureza na Ciência e na Literatura (Rio de Janeiro: Mauad X, 2015).

Benedict Anderson, Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottmann (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

Fernand Braudel, “Geo-História: a sociedade, o espaço e o tempo”. História, Ciências, Saúde - Manguinhos. v. 22, n. 2, (abr.-jun. 2015).

David Blackbourn, History of Germany 1780-1918 the long nineteenth century:(London: Wiley-Blackwell 2002).

Dias Junior and Antônio Herembergue, Ironia e paródia em o Rabi de Bacherach, de Heinrich Heine (Phd. diss., Universidade de São Paulo, 2009).

E.P. Thompson, Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottman (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).

Evaldo Cabral de Mello, Um Imenso Portugal: História e historiografia (Rio de Janeiro: Editora 34, 2002).

Felix Guattari;S. Rolnik, Micropolítica. Cartografias do Desejo. (Vozes, 1986).

Flora Sussekind, O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

Frederick Jackson Turner, The Frontier in American History, 1ª edição 1920(New York: Henry Holt and Company editors, 1953). (1ª edição 1920).

Gilles Deleuze and Félix Guattari, Mil platôs:Vol. 3 34 vols. (São Paulo: Editora, 1997).

Heinrich Heine, [Die Harzreise] Viagem ao Harz: da obra *Reisebilder*. Tradução: Maurício Mendonça Cardoso (São Paulo: Editora 34, 2013).

Íris Kantor, “Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas”, *Varia História* 23, 37 (jan/ jun, 2007): 70-80.

John Brian Harley, The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography. (Maryland: John Hopkins University Press, 2001)

Joseph Leo Koerner, Caspar David Friedrich and the subject of landscape (Reaktion books, 2009).

Júnia Ferreira Furtado, *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012).

Paul E. Little, “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”. *Anuário antropológico /2002-2003*. Rio de Janeiro: (Tempo Brasileiro, 2004), 251-290.

Lynn Hunt, *A invenção dos direitos humanos: uma história* (Editora Companhia das Letras, 2009).

Maria Tsaneva, *Caspar David Friedrich: 111 Paintings and Drawings* (Ed. Lulu.com, 2014).

Martin Kitchen, *A History of Modern Germany 1800-2000*. (Australia, Wiley-Blackwell, 2006).

Milton Santos, *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia* (São Paulo: Hucitec, 1996).

Michel de Certeau, *A invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. 19ª edição. (Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012, pp. 186-187.

Neil Safier, *Measuring the New World: Enlightenment Science and South America*. (Chicago: The University of Chicago Press, 2008).

Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa, Tomo I, Tradução Constança Marcondes César*, (Campinas: Papirus, 1994)

Peter Linebaugh and Marcus Redicker, *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário* (São Paulo: Companhia das Letras, 2008).

Peter Burke, *A escrita da história* (São Paulo: Unesp, 1992).

Richard White and Patricia Nelson Limerick, *The Frontier in American Culture: an exhibition at the Newberry Library, August 26, 1994 – January 7, 1995*(Edited by James Grossman. University California Press, 1994).

Rüdiger Safranski, *Romantismo: uma questão alemã*. Tradução: Rita Rios (São Paulo: Estação Liberdade, 2010).

Sandro Dutra e Silva, Dominich Miranda de Sá and Magali Romero de Sá(orgs.). *Vastos Sertões: História e Natureza na Ciência e na Literatura* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2015)

Simon Schama, *Paisagem e memória* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

Tamar Herzog, *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas* (Cambridge/ London: Harvard University Press, 2015).

## **Frontiers, environments and landscapes in the formation of Colonial Space of Brazil and the construction of the German National Territory (XVIIIth and XIXth centuries)**

### **ABSTRACT**

During the second half of the 18th century the idea of “natural frontier” occupied an important place in social thought, helping to weave important considerations in the systematic advance on the colonial world and in the formation and legitimization of colonial territories. An effort that causes strangeness between subjects and landscapes that are always new or untamed. In the 19th century, in Europe, romantic thought took hold of the concept of frontier as borders and boundaries between territories and built mythologies of radical identities between environments, landscapes and subjects in the transformation of modern states into national states, imagined communities, anchored in a tradition that wants to be remote. In this work we seek to trace some research notes comparing the historical processes of the formation of the Brazilian colonial space and in the construction of the German national territory. Thinking about the concepts of frontier, territory and landscape, we try to understand what role the “frontier” plays in these processes, how the narrators list the natural world in their narratives and finally how the narratives built around such concepts generate effects on relations between subjects and territories. We also consider perceiving the effort to close the borders in the colonial world and at the national level as faces of the same historical process in modernity, which has its reverberations in the construction of national feeling on the one hand and, on the other hand, in the ambiguous bond of strangeness and otherness of the relationship with the landscape and the natural world in the colonial world.

**Keywords:** Frontier; Landscape; Brazilian colonial space; German national territory; narratives

Recibido: 30/10/2020

Aprovado: 01/03/2021